

**Vozes negras:**

**O processo abolicionista na cidade de Teresina**

*Black voices:*

*The abolitionist process in the city of Teresina*

**Talyta Marjorie Lira Sousa**

Doutoranda em História na Universidade Federal do Piauí.  
Graduada e mestre em História pela mesma instituição

**RESUMO:** Os avanços teóricos sobre a escravidão no Piauí possibilitaram a ampliação do conhecimento sobre o tema. A historiografia clássica difundiu uma visão de que o sistema escravista tinha um caráter mais de ostentação social e indicador do nível de riqueza, do que de utilização da força de trabalho. O trabalho contempla a análise do impacto da Lei Áurea sobre a sociedade teresinense. Para isso será utilizada a bibliográfica clássica do Estado, e fontes como código de postura, jornais e relatório de presidente de província. Autores como Pereira da Costa, Odilon Nunes, Monsenhor Chaves, Miridan Brito Knox Falci e Solimar Oliveira Lima apresentam em suas obras características sobre a escravidão e sobre o processo abolicionista que é útil ao estudo proposto. Analisa-se o processo da Abolição em Teresina, o surgimento das sociedades emancipadoras e o perfil do trabalhador escravizado na capital.

**PALAVRAS-CHAVES:** Escravidão, Abolição e Lei Áurea.

**ABSTRACT:** The theoretical advances on slavery in Piauí enabled the expansion of knowledge on the subject. The traditional historiography spread a vision of the slave system had a more showy and social indicator of the level of wealth, than the use of the workforce. The work includes the analysis of the impact of law Áurea on society teresinense. That will be used for the classic literature of the state, and source code as of posture, and newspapers report the president of the province. Authors such as Pereira da Costa, Odilon Nunes, Monsignor Chaves, Miridan Brito Knox Falci and Solimar Oliveira Lima show characteristics in their works on slavery and the abolitionist process that is useful to the study proposed. Breaks down the process of abolition in Teresina, the emergence of companies emancipating the slaves of the employee profile in the capital.

**KEY WORDS:** Slavery, Abolition and Golden Act

Em 1850, Saraiva toma posse como governador da província do Piauí. Seu principal interesse era o melhoramento da província. Ele percebeu que para desenvolvê-la seria necessário cuidar da justiça e da transferência da capital para uma área onde houvesse maior acessibilidade e maior fomento ao desenvolvimento. Segundo Saraiva a mudança traria prosperidade, eliminando aos altos gastos que se tinha com a capital Oeiras.

Verificou-se que a Vila do Poti era propícia para seu intuito, pois estava entre dois rios

navegáveis, perto de Caxias e era um ótimo ponto para o comércio. No seu relatório, Saraiva apresentou as seguintes razões:

- “1º - Porque é ela bem situada e mais salubre possível;*
- 2º - Porque fica na posição de tirar a Caxias todo seu comércio com o Piauí, conseguindo-se a maior vantagem da mudança;*
- 3º - Porque, mais próxima da cidade de Parnaíba, pode servir melhor ao desenvolvimento da navegação e gozar a Capital do grande benefício das facilidades de suas relações políticas e comerciais com a Corte;*
- 4º - Porque fica no Município mais agrícola da Província e é preciso que o governo cuide seriamente de promover o aumento de sua agricultura, o melhoramento dos processos de que usa e das convenientes direções aos seus produtos;*
- 5º - Porque é aquela localidade a única que promete florescer à margem do Parnaíba e habilitar-se em menos tempo para possuir a capital da Província.”<sup>1</sup>*

Saraiva optou pela mudança da capital, e com a promulgação da Resolução nº. 315 de 21/07/1852 elevou a Vila Nova do Poti à categoria de cidade com o nome de Teresina e foros de capital, estava habilitado a fixar residência na nova sede de governo e pessoalmente a inspecionar as obras provinciais que aí se realizavam.<sup>2</sup>

Pereira da Costa descreveu Teresina no ano de 1885 com uma “cidade é dividida em sete peças e 26 ruas, sendo 10 de norte a sul, e 16 de leste a oeste, todas espaçosas, bem alinhadas e cortadas em ângulos retos, formadas em geral de boa e elegante edificação (...) Os prédios particulares, em geral de boa construção, e sobretudo de ótimas acomodações e de barato aluguel, elevam-se pouco mais ou menos ao menos ao número de 500 além de algumas chácaras e centenas de choupanas, que se estendem até fora dos limites da cidade (...) A população de Teresina em 1885 era de aproximadamente 10.000 habitantes”.

A construção da cidade ocorreu através de donativos, pois Saraiva não contava com muitos apoios. Aos poucos a igreja matriz, Nossa Senhora do Amparo, prédios públicos e residências foram sendo construídos e a cidade começou a crescer. A resolução nº. 39 de 1 de agosto de 1870, da Assembléia Legislativa do Piauí, descreve os limites da capital: “A linha divisória da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo da de Nossa Senhora das Dores, cidade de Teresina, começara da rua Grande desta Cidade, de um e outro lado, desde à margem do rio Parnaíba até o rio Poti, em linha reta; e, segundo rio acima, pelo lado direito, até o porto de Calumby (...)”<sup>3</sup>

Os escravos foram participantes ativos na construção de Teresina. Vindos das fazendas nacionais foram responsáveis pelo carregamento de pedra, areia, madeira para a edificação de

1. GONÇALVES, Wilson Carvalho. A barra do Poti e sua expansão. Criação da vila do Poti. Teresina – pesquisas históricas. Teresina, 1991

2. NUNES, Odilon. A mudança da Capital Teresina e seu desenvolvimento no Império. In: \_ Pesquisas para a História do Piauí. Teresina: FUNDAPI, 2007, vol. IV, p.

3. Arquivo Público do Estado do Piauí. Resolução nº. 39 de 1 de agosto de 1870, da Assembléia Legislativa do Piauí. Caixa: 72, 18ª Legislatura.

prédios e residências. Assim como nas fazendas nacionais, suportavam duras e pesadas horas trabalho em troca de vestimenta e alimentação. De acordo com Odilon o que tinha sido acertado e que os escravos receberiam 200 gramas de carne seca, duas canecas de farinha, meia de feijão, meia quarta de libra de toucinho e sal, por um dia de trabalho. Na realidade a situação era diferente, pois a alimentação era rarefeita e levava uma parte da população de escravos à morte.

Não existem números que mostre a parcela do número de escravos que tinha em Teresina durante a sua construção. Os dados que se tem é do recenseamento geral do Império de 1872 que aponta uma população de 3.073 escravos na capital. A tabela abaixo mostra o número de escravos de 1872 até meados da abolição, em Teresina.

*Tabela 1. População escrava de Teresina nos anos de 1872, 1883, 1885 e 1887.*

MUNICÍPIO	ANO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Teresina	1872	1559	1514	3073
	1883	1251	1356	2007
	1885	535	658	1193

*Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí. Relatórios dos Presidentes de Província.*

Em Teresina o processo de urbanização foi mais intenso que nas outras cidades do Piauí. Os escravos circulavam por todos os cantos dedicando-se a várias atividades que representavam para o seu senhor uma alternativa de capital, pois rendia ao proprietário benefícios imediatos.

*“A escravidão alastrava-se do campo, chega às cidade, sobre transformações em alguns aspectos tradicionais, que não se adaptariam às condições impostas pela vida urbana. O escravo torna-se mão-de-obra essencial na cidade que cresce. É o escravo oficial de aluguel ou não, é o escravo doméstico, é o escravo ao ganho - veículo que levava e trazia as riquezas, as pessoas, enfim a própria cidade”<sup>4</sup>*

Os escravos urbanos desempenhavam as atividades de ambulante, quituteiras, barbeiros, lavadeiras, carregadores. Com essas atividades construía a expectativa de algum dia conseguir comprar a liberdade devido a uma maior facilidade de conseguir pecúlio. A escravidão urbana estava atrelada a uma aparente liberdade, pois assim como na zona rural eram fiscalizados. Na zona rural eram fiscalizados pelo feitor e na zona urbana pela policia. Essa fiscalização era até maior devido à circulação dos escravos pela cidade. A aparente liberdade também era uma liberdade condicionada, o escravo urbano sofria as mesmas violências proporcionadas ao escravo rural. A autora Marilene Nogueira diz que o negro da cidade vai provocar insegurança e medo na população.

O trabalho escravo nas cidades estava dividido em dois setores, o doméstico e o de serviços. Sendo que os escravos poderiam andar nos dois setores, como um escravo doméstico

4. SILVA, Marilene R. N. da. Negro na Rua: a nova face da escravidão. São Paulo: HUCITEC, Brasília: CNPq, 1988, p. 34.

poderia também trabalhar no ganho. A autora Mary Catherine Karasch os escravos urbanos poderiam ser classificados em quatro categorias ocupações manuais não-qualificadas, ocupações manuais semi-qualificadas, ocupações manuais qualificadas e ocupações não manuais. No que diz respeito ao tipo de relação trabalho ela classifica em que o proprietário se apropria totalmente do produto do trabalho do escravo, em que o produto do trabalho do escravo é dividido pelo senhor e pelo escravo, onde o escravo assume sua manutenção, e em que o produto do trabalho do escravo é dividido pelo senhor e pelo escravo, o escravo trabalha para terceiros e o senhor pode ou não assumir os encargos na manutenção do escravo.<sup>5</sup>

Os escravos dividiam seu cotidiano de trabalho entre os afazeres da rua e o de casa, já que muitos tinham conquistado o direito de um pedaço de terra para morar e cultivar. As mulheres trabalhavam como lavadeiras, mucamas, quituteiras, engomadeiras, tabuleiras e prostitutas. Através desses serviços trocavam experiências de vida e socializavam com outras escravas e mulheres livres. Aos homens eram empregados em trabalhos mais braçais como o de pedreiro, carregador, ambulante e carroceiro. Também desempenhavam trabalhos especializados com o de barbeiro e carpinteiro.

Os escravos eram empregados em todos os setores da vida urbana. A sobrevivência deles na cidade dependia da sua qualificação individual e o tipo de trabalho que desenvolviam oscilava de acordo com a demanda da mão-de-obra. O emprego de escravos em trabalhos especializados mostra que o trabalhador escravo não era incapaz ou irresponsável como o senhor pensava.

Odilon Nunes assim com Monsenhor Chaves apontam para o bom trato dos escravos piauienses e para os bons senhores que a terra possuía. Essa afirmação da historiografia tradicional deixa escapar o grau de violência que era empregado no tratamento dos escravos piauienses. A Historiografia atual afirma que o trato dos trabalhadores escravizados não era tão ameno quanto Odilon, Chaves e os relatórios de presidente de província mostram, esses trabalhadores sofriam a mesma violência física e moral empregada no trato dos escravos no Brasil.

Monsenhor Chaves chega a distinguir em sua obra, duas fases no trato dos negros piauienses. Na primeira imperou o regime ferro e fogo, castigos violentos e abandono de velhos e doentes, esta fase segundo o autor, prolongou-se do Período Colonial até o começo do Império. A segunda fase foi menos árdua e violenta, com tratamento mais cuidadoso, mas não esquecendo os castigos como a gargalheira e o tronco. A maioria da população, segundo Odilon e Chaves, não queria passar por cruel ou carrasco, a imprensa procurava impiedosamente os culpados de maus-tratos a escravos.

A luta pela abolição foi algo gradual, longo, envolveu os mais diversos segmentos da sociedade e ocupou o cenário político brasileiro por quase um século, de aproximadamente 1810 a 1888. A população de escravos na zona urbana foi diminuindo em 1850, devido à alta dos preços, a demanda nas zonas rurais, à acumulação de pecúlio, os escravos urbanos compravam

---

5. OLIVEIRA, Maria Inês Cortês. O liberto e o trabalho. In: \_\_\_\_ *O Liberto e Os Outros Mundos*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, defendida na UFBA, 1979.

sua liberdade com mais facilidade, pois conseguiam acumular alguma renda por lidarem com dinheiro. Tudo isso causado pelo fim do tráfico de escravos no Brasil. Segundo Odilon com o fim do tráfico o senhor de escravos passou a poupar e zelar pela saúde do escravo, além de estimular a procriação. Monsenhor Chaves aponta que em 1850 os agenciadores procuravam o Piauí para obterem escravos o que valorizava a mão-de-obra nascida na província e aumentava a receita. Aos poucos a instituição escravocrata foi falindo e a luta pela emancipação aumentando.

*“Em 1822 e 1888 o país se transformou sob muitos aspectos. A população livre passou de aproximadamente dois milhões, em 1822, para oito milhões, 1888. a população escrava, por sua vez, foi de pouco mais de um milhão, em 1822, para cerca de um milhão e meio, em 1872, caindo a pouco de setecentos mil, em 1887. Isso significa que diminuiu não só em termos absolutos como relativos. Simultaneamente a número de escravos nos núcleos urbanos declinou ainda mais rapidamente, tendendo a se concentrarem nas zonas rurais, principalmente nas áreas ligadas à economia de exportação”<sup>6</sup>*

Miridan Brito fala que existiam três situações nas cartas de alforrias deveriam ser isoladas: a questão de valor, os motivos pelos quais se alforria e as cláusulas ou condições que fazem a alforria ficar limitada ou condicionada algum fato ou situação. Ela ainda afirma que as duas primeiras situações estão presentes nas cartas de alforria e às vezes desaparece na segunda quando há condição para liberdade.<sup>7</sup>

A corrente abolicionista penetrou na província do Piauí por volta de 1865. Magistrados piauienses revelam sua convicção abolicionista, como no caso do Dr. José Manoel de Freitas e do Sr. Nabuco Araújo, este propôs o fim da pena de açoite para o Conselho do Estado, mas não foi aceita. O movimento empolgou-se com a Lei Provincial de nº. 629 (18/8/1868) que dava ao Presidente de Província poderes para alforriar as crianças com o valor de indenização de 100\$000 a 15 é até 3:000\$000.<sup>8</sup>

As sociedades emancipadoras espalharam-se por todo o Brasil com o intuito de ajudar a libertar escravos através de donativos. Em Teresina a sociedade emancipadora foi fundada em 1/11/1870, composta de pessoas mais qualificadas, e cuja diretoria mandou a presidência da província entregar a quantia voltada no orçamento de 1870, para a libertação de escravos.

*“Francamente abolicionista, não duvidei fazer parte desta sociedade, cuja instalação solenizada com a alforria de dez escravinhas marca nos fatos piauienses um dos seus mais notáveis dias.*

*Fazendo, pois, votos pela sua prosperidade, tendo a mais viva satisfação em reconhecer que o desaparecimento da escravidão pela emancipação, geralmente aceito, não espera senão a sanção dos poderes do estado para ser uma realidade no país inteiro.”<sup>9</sup>*

6. QUEIROZ, Suely R. Reis. A abolição da escravidão. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 53.

7. FALCI, Miridan Brito Knox. Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais, 1826 - 1888. Piauí: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995, p. 206- 223.

8. NUNES, Odilon. A Abolição. In: Pesquisa para a história do Piauí. Teresina: FUNDAPI, 2007, v. IV, p. 260.

9. Arquivo Público do Estado do Piauí. Relatório do Presidente de Província. Relatório com que o 1º Vice-Presidente

Segundo Monsenhor Chaves o movimento abolicionista no Piauí foi modesto, poucos eram privados como o caso do Barão de Paraim em Parnaíba que libertou 40 escravos em um dia.<sup>10</sup> O poder público pouco se preocupava com a questão da escravidão ou com a questão abolicionista. O poder público piauiense ainda equiparava os escravos a animais.

A campanha abolicionista se estendeu pelo interior do Piauí. Em Barras e Jaicós foram fundadas a Libertadora Barrense e a Libertadora Jaicoense. As duas entregaram no ato de sua inauguração cartas de liberdade aos escravos.

*“A ata de instalação da sociedade, bem como as peças literárias recitadas por essa ocasião, em que se nota um belo Hino à Libertadora Barrense, composto por Leovigildo Belmonte de Carvalho, tiveram publicidade no periódico de Teresina A Época, logo após aquele ato. Esta associação teve estatutos aprovados pela presidência em oito de novembro.”<sup>11</sup>*

Com o passar dos anos a escravidão tornou-se ainda mais recriminada, principalmente nas províncias onde existia um forte apelo abolicionista. Mas a maioria dos proprietários não estavam preocupados com a libertação dos escravos, preocupavam-se com a imagem que passavam perante a sociedade.

Propagava-se a ideia de que abolir a escravidão era algo civilizado. Conceder alforria era uma ótima forma de se mostrar moderno e garantir a continuação de dependência do escravo ao seu senhor. A maioria das alforrias eram condicionais, na qual o senhor dava a liberdade ao escravo, mas este ainda teria vínculo ao senhor durante um período estipulado em contrato. Isso mostra que os senhores não pretendiam romper com os laços que os ligavam a seus escravos.

Segundo Solimar Oliveira Lima uma criança escrava no Piauí era avaliada em cinquenta e oito mil e quinhentos réis, para libertá-la era preciso o equivalente a doze bois ou cinco cavalos. As alforrias eram compradas pelo valor da avaliação do escravo, quanto mais valioso ele era mais cara sua alforria, lembrando que muitos trabalhadores não foram alforriados pelo valor da avaliação, o que acarretou um número reduzido das alforrias. A partir de 1850 as cartas de alforrias dadas às crianças passaram a ser condicionada pela necessidade de existir alguém que fosse responsável pela criação dela.<sup>12</sup>

*“Lançamento da carta de liberdade da escravinha de nome Raimunda filha da escrava Lucinda, como abaixo declara. Digo eu abaixo assinada que sou senhora possuidora da escravinha de nome Raimunda, cabra, de doze anos, filha de minha escrava de nome Lucinda, natural desta Província (...) de que gozará de*

---

da Província o Exm. Sr. Dr. Manoel José Espínola Júnior passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros de Souza Leão. Em 25 de dezembro de 1870.

10. A Imprensa, de 31/07/1882.

11. COSTA, F.A. Pereira da. Cronologia Histórica do Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v. II, p. 552.

12. LIMA, Solimar Oliveira. Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822- 1871. Passo Fundo: UPF, 2005.

*sua plena liberdade de hoje para sempre, como de ventre livre nascente.* <sup>13</sup>

O conflito existente próximo à abolição se dava no campo de direito de propriedade dos senhores, da falência se sua política de domínio, e pela luta por liberdade em que os escravos estavam engajados. No Piauí parece que esse conflito não foi tão grande. O relatório do presidente da província Manoel José de Menezes Prado mostra que o Piauí pouco sofreria com a extinção da escravidão, que além de diminuta, não se acha identificada aqui como em outras províncias. Ele ainda fala que o trabalho escravo era pouco empregado nas fazendas de criação cujo serviço era em geral feito por homens livre que desempenhavam melhor o trabalho e são confiáveis. <sup>14</sup>

A extinção do trafico, a mortandade, a Lei do Sexagenário, a Lei do Ventre Livre e a saída para outras províncias, fez o número de escravos no Piauí decrescerem ano após ano. Em 1884 a população de escravos era de 17.327, apenas dois anos depois caiu para 16.727 e no ano da libertação poucos menos de 15.000.

*Tabela 3 - Resumo geral dos libertos arrolados na Província do Piauí 1885.*

MUNICÍPIOS	SEXOS		SOMA
	MASCULINO	FEMININO	
<i>Teresina</i>	4	3	7
<i>Amarante</i>	1	2	3re
<i>Picos</i>	—	1	1
<i>Regeneração</i>	3	1	4
<i>Oeiras</i>	8	3	11
<i>Parnaíba</i>	1	—	1
<i>Batalha</i>	1	1	2
<i>União</i>	3	2	5
<i>Valença</i>	4	—	4
<i>Parnaguá</i>	—	1	1
25	14	39	

*Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí. Relatório de Presidente de Província.*

Em Teresina, segundo Odilon Nunes e Monsenhor Chaves, a notícia da Abolição foi recebida com festividade. Desde 1886 os relatórios de presidente de província traziam que o Piauí não sofreria tanto com o fim da escravidão, que além de diminuta, não se acha identificada aqui como em outras províncias, nas quais predomina a indústria agrícola, com desenvolvimento de sua principal indústria- a criação de gado.

Chaves ainda nos traz que a população teresinense recebeu a notícia na manhã do dia 14 de maio. A noticia foi recebida com alegria segundo o autor. Houveram passeatas, músicas,

13. *Arquivo Publico do Estado do Piauí. Livro de notas e escrituras nº. 9 de Teresina – 1861-1865*

14. *Arquivo Publico do Estado do Piauí. Relatório de Presidente de Província. Relatório com que o 1º Vice-Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Antonio Janssem de Mattos Pereira passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Francisco José Viveiros de Castro. Em 06 de julho de 1887.*

foguetes, bailes e uma missa no dia 20 de maio de 1888 na Igreja São Benedito, celebrada pelo Pe. Tomás de Moraes Rego.

Após percorrer processo da Abolição em Teresina, o surgimento das sociedades emancipadoras e o perfil do trabalhador escravizado na capital podemos perceber que a Lei do Sexagenário e a Lei do Ventre Livre foram ensaios para a Lei Áurea. Todas elas apontam para o fim da escravidão. No Piauí e Lei do Ventre Livre foi recebida como sendo uma data memorável e de orgulho para o povo Piauiense, segundo palavras do presidente de Província Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros Sousa Leão. Ele fala que a província do Piauí demonstra espírito abolicionista, pois foi uma das primeiras que designou em seu orçamento verbas para a libertação de escravos.

Mesmo antes do 13 de maio de 1888 a mão-de-obra foi sendo empregada aos poucos. Muitos escravos que foram alforriados permaneceram como empregados de seus ex-senhores, os que permaneciam no campo ou voltaram para este, encontravam alternativa de emprego com trabalhos rotineiros, ganhando diárias. Os que ficavam ou iam para as cidades e possuíam certa qualificação sobreviviam da profissão que exerciam. O que deve ser lembrado é que a conquista da liberdade não significava ascensão social, mas representava um novo momento na vida de muitos negros.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

Arquivo Público do Estado do Piauí. Resolução nº. 39 de 1 de agosto de 1870, da Assembléia Legislativa do Piauí. Caixa: 72, 18<sup>a</sup> Legislatura.

Arquivo Público do Estado do Piauí. Relatório do Presidente de Província. Relatório com que o 1<sup>a</sup> Vice-Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Manoel José Espínola Júnior passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros de Souza Leão. Em 25 de dezembro de 1870.

Arquivo Público do Estado do Piauí. Relatório de Presidente de Província. Relatório com que o 1<sup>a</sup> Vice-Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Antonio Jansem de Mattos Pereira passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Francisco José Viveiros de Castro. Em 06 de julho de 1887.

### JORNAL

Imprensa, de 31/07/1882.

### BIBLIOGRAFIA

COSTA, F.A. Pereira da. Cronologia Histórica do Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v. II.

CHAVES, Monsenhor. Obras Completas. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1998.



FALCI, Miridan Brito Knox. Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais, 1826 - 1888. Piauí: Fundação Cultural Mosenhor Chaves, 1995.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. A barra do Poti e sua expansão. Criação da vila do Poti. Teresina – pesquisas históricas. Teresina, 1991.

LIMA, Solimar Oliveira. Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871. Passo Fundo: UPE, 2005.

NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. Teresina: FUNDAPI, 2007, vol. IV, p.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês. O Liberto e Os Outros Mundos. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, defendida na UFBA, 1979.

QUEIROZ, Suely R. Reis. A abolição da escravidão. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 53.

SILVA, Marilene R. N. da. Negro na Rua: a nova face da escravidão. São Paulo: HUCITEC, Brasília: CNPq, 1988, p. 34.

*Artigo submetido em 05/05/2021*

*Aceito em 30/06/2021*